

**XXV CONGRESSO DO CONPEDI -
CURITIBA**

DIREITO INTERNACIONAL I

EDUARDO BIACCHI GOMES

FABRICIO BERTINI PASQUOT POLIDO

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598

Direito internacional I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes, Fabricio Bertini Pasquot Polido – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-319-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Direito Internacional. I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

DIREITO INTERNACIONAL I

Apresentação

As atividades realizadas dentro do XXV CONPEDI, no mês de dezembro na cidade de Curitiba, foram significativamente importantes para a contribuição científica e acadêmica, especialmente no que diz respeito aos Grupos de Trabalho e artigos apresentados no decorrer do evento e que refletem a maturidade acadêmica dos pesquisadores da área do direito e especialmente do Direito Internacional.

De forma a observar a referida qualidade dos trabalhos, foram realizadas as atividades referentes ao GRUPO DE TRABALHO de DIREITO INTERNACIONAL I e que contou com a apresentação e discussão de vinte textos, previamente selecionados pelos avaliadores do CONPEDI e debatidos no Evento.

Como forma de melhor estruturar e organizar os textos, o livro foi dividido em capítulos específicos, de forma a observar a pertinência dos temas, buscando dar maior homogeneidade.

A divisão dos artigos se deu de forma criteriosa, partindo-se de temas gerais para os mais específicos, de forma a observar que os textos perpassam por uma sequência lógica de capítulos e temas, o que permite que os trabalhos dialoguem entre si.

Assim, o livro começa com a temática sobre Direito Internacional Geral, com temas voltados ao debate entre soberania e Estado Nação, fontes do Direito Internacional, Governança Global e uma releitura dos precursores do Direito Internacional Público.

Na sequência, apresentamos ao leitor o Capítulo voltado aos temas sobre Direitos Humanos e que atualmente possuem grande relevância dentro do Direito Internacional. Temas importantes na pauta nacional e agenda internacional são debatidos como o diálogo intercultural e a superação entre relativismo e o universalismo cultural, Tribunal Penal Internacional, Convenções da OIT e trabalhos nas fronteiras, questões de gênero dentro de uma perspectiva comparada entre Brasil e Portugal e o diálogo entre jurisdições dentro do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

Na parte dos artigos de Direito da Integração, apresentamos ao leitor temas de grande interesse, como questões voltadas ao Brexit e a possível saída do Reino Unido da União

Europeia, perspectivas e desafios, na temática voltada a proteção dos Direitos Humanos dentro da Integração, o conceito e a compreensão quanto a cidadania da União Europeia. Dentro da mesma linha de pensamento, a aplicação dos Direitos Humanos no Mercosul. Finalmente, dentro do Mercosul, desafios para o desenvolvimento econômico do bloco, a partir do federalismo.

Ao se trabalhar sobre os temas de meio ambiente, são apresentados os temas sobre empresas transnacionais e meio ambiente; mudanças climáticas e seus impactos jurídicos, assim como Direito ao Desenvolvimento e as semente geneticamente transformadas.

Finalmente quanto a temática de Direito Tributário Internacional, apresentamos aos leitores os artigos que versam sobre cooperação jurídica internacional em matéria tributária, em artigos que se complementam e demonstram a importância do tema.

Prof. Dr. Eduardo Biacchi Gomes - UNIBRASIL

Prof. Dr. Fabricio Bertini Pasquot Polido - UFMG

**EUROCETICISMO E BREXIT: ANTI-POLÍTICA, NACIONALISMO E
DESIGUALDADE NA ERA DO COMUNITARISMO E DA GLOBALIZAÇÃO**
**EUROSCEPTICISM AND BREXIT: ANTI-POLITICS, NATIONALISM AND
INEQUALITY IN THE ERA OF COMMUNALISM AND GLOBALIZATION**

Laecio Noronha Xavier ¹

Resumo

A integração europeia no pós-Guerra mudou rivalidades seculares pela fusão de interesses essenciais e deixou como legado a utopia do mundo sem fronteiras, barreiras, belicismo. Tudo deu certo entre 1951-2016. Foi quando o Reino Unido (fora do Euro e área Schengen) optou pela saída da União Europeia (Brexit) no plebiscito/2016. O Brexit resulta do populismo político-fiscal, nacionalismo e frustração das classes média e baixa dos países desenvolvidos com a globalização. Tais segmentos perderam empregos para imigrantes, encolheram sua renda e sofreram impactos do terrorismo. E o que era “escolha” durante o plebiscito, tornou-se “dilema político” .

Palavras-chave: Globalização, União europeia, Reino unido

Abstract/Resumen/Résumé

European integration in exchange postwar secular rivalries by the fusion of essential interests and left behind the utopia of the world without borders, barriers, warmongering. Everything worked between 1951-2016. It was when the United Kingdom (outside the Euro and Schengen area) opted out of the European Union (Brexit) in the plebiscite/2016. The Brexit result of political and fiscal populism, nationalism and frustration of the middle and lower classes of the developed countries with globalization. Such segments lost jobs for immigrants chose their income and suffered from terrorism impacts. And what was “choice” for the plebiscite, became “political dilemma” .

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Globalization, European union, United kingdom

¹ Advogado, Doutor em Direito Público/UFPE, Mestre em Direito Constitucional/UFC, Especialista em Economia Política/UECE, Professor de Direito Internacional Público/UNIFOR e de Ciência Política e Direito Urbanístico/UNICATÓLICA.

Introdução

Desde 1951 quando foram celebradas as convenções europeias de Energia Atômica e do Carvão e Aço, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo começaram a erguer o “edifício europeu” ao “cambiar as rivalidades históricas pela fusão de interesses comuns”. O percurso histórico-institucional do mais estruturado bloco comunitário do planeta, consolidado atualmente como União Político-Econômica, materializa a tese do federalismo regional de seus fundadores Jean Monet e Robert Schuman, e representa a temática central da pesquisa. Entretanto, a retirada do Reino Unido da União Europeia ou *Brexit*, o acrônimo de *Britain* e *exit* (saída) denota um significado geopolítico monumental e faz surgir a problematização teórica: o *Brexit* finda parcialmente com a utopia de um mundo sem fronteiras, lança Reino Unido e Europa num período de incertezas econômicas e políticas e pode suscitar perigosa onda desintegracionista no continente.

O processo histórico que levou a ruptura Reino Unido da União Europeia responde a um espírito, às vezes pulsante, outras vezes adormecido, mas que sempre esteve latente entre os países do Reino Unido: o nacionalismo. O *Brexit* justifica *per se* uma análise teórica mais aprofundada, uma vez que poderá causar uma grave crise existencial na Europa em face do aumento dos atos de xenofobia e ódio racial contra os imigrantes europeus e de outros continentes. Teme-se que o resultado do plebiscito inspire outros países a repensar suas relações com o bloco comunitário, optando pela porta de saída. Afinal, nunca antes na história do bloco nenhum dos 28 países-membros tinha decidido deixá-lo para caminhar isoladamente.

A importância do Reino Unido no bloco comunitário europeu se dava não somente pela sua condição de segunda nação mais rica da Europa e quinta da economia mundial, mas por representar uma voz a favor da abertura de mercados e da liberdade de relações comerciais, tradições britânicas com o resto do mundo. A saída do Reino Unido enfraquece o *status quo* da Europa de potência econômica integrada, altera o balanço de poderes dentro da União Europeia e provoca fortes impactos no processo de comunitarismo na era da globalização. Portanto, objetiva-se demonstrar que o *Brexit* simboliza um golpe contra o projeto integracionista mais ambicioso desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Um bloco comunitário que representa um arquétipo institucional de paz e colaboração econômica entre as nações num mundo sem fronteiras. E como efeitos diretos do *Brexit* espera-se a diminuição

da confiança política no projeto regional europeu, em curto prazo, a configuração de um cenário de incertezas econômicas que afugentará investidores, em médio prazo, e o crescimento do nacionalismo, da xenofobia e do isolacionismo das nações, em longo prazo.

E sob o prisma metodológico a pesquisa ordena-se nos seguintes procedimentos e tópicos: i) Histórico-descritivo - a identificação dos principais personagens, teses e fases institucionais que fundaram a União Européia; ii) Sistêmico-conceitual - as razões da ruptura Reino Unido da União Europeia em face do recente processo desglobalizante de reordenação política das nações pelo atavismo populista político-fiscal; iii) Analítico-interpretativo - a exposição acerca dos efeitos políticos, sociais e econômicos causados pelo *Brexit*. E no patamar das fontes de investigação, o artigo baliza-se em compêndios teóricos de autores pátrios e estrangeiros, materiais informativos e pesquisas acadêmicas nas áreas do Direito Internacional Público, Ciência Política e Economia Política.

1. Os fundadores da integração europeia

A tese de integração da Europa nasceu da articulação de várias personalidades no pós-Guerra para evitar novas tragédias no continente. De início apenas econômico, com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951, o projeto de metas federalistas ganhou forma institucional com a União Europeia, em 1992. A queda do Muro de Berlim e a globalização retiraram as fronteiras nacionais e eliminaram as barreiras comerciais entre os países, o Estado nacional se tornou passado e as identidades de cidadania não estavam mais limitadas ao lugar onde o indivíduo nascia (RODRIK, 2011). E dentre os personagens que fundaram a União Europeia, tem-se um elenco diversificado de intelectuais humanistas que acreditava nos mesmos ideais de uma Europa em paz, unida e próspera: Robert Schuman, Jean Monnet, Altiero Spinelli, Paul-Henri Spaak, Konrad Adenauer, Joseph Bech, Winston Churchill, Alcide De Gasperi, Walter Hallstein e Sicco Mansholt.

Robert Schuman (1886-1963) e Jean Monnet (1888-1979) foram os idealizadores da União Europeia. Schuman nasceu em Luxemburgo, mas se radicou na França. Foi advogado, político e exerceu o Ministério das Relações Exteriores da França (1948-1952). Schuman foi considerado o promotor da unificação europeia, sendo o grande negociador de todos os

grandes tratados do pós-Guerra (Conselho da Europa, Pacto do Atlântico Norte, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço). Em colaboração com Monnet elaborou o “Plano Schuman”, propondo colocar a produção franco-alemã de carvão e aço sob a égide de uma Alta Autoridade comum: organização aberta à participação de outros países para controle conjunto das matérias-primas usadas na produção de armamentos. A ideia cerne subjacente à proposta era a de que um país caso não controlasse a produção de carvão e aço não estaria em condições de declarar guerra a outro. Essa proposta levou à criação da CECA, a origem da atual União Europeia. De 1958 a 1960, foi o primeiro presidente do Parlamento Europeu, que o condecorou com o título de “Pai da Europa”. (JUSTEN FILHO, 2000).

Monnet foi identificado por muitos historiadores como o inspirador da fusão da indústria pesada da Europa Ocidental e o arquiteto da unidade europeia. Durante as duas guerras mundiais, exerceu cargos importantes relacionados com a coordenação da produção industrial na França e Reino Unido. Mesmo nunca eleito para cargos públicos, esse político francês atuou nos bastidores da política europeia e americana como internacionalista pragmático e bem relacionado. Como consultor do governo francês, foi um dos principais inspiradores do “Plano Schuman” que ensejou a criação da CECA, tendo sido seu o primeiro presidente (1952-1955). O Plano Schuman, divulgado em 09 de maio/1950, é considerado a data de nascimento da União Europeia. (JUSTEN FILHO, 2000).

Já o político italiano Altiero Spinelli (1907-1986) foi fundador do Movimento Europeu Federalista (1943), membro da Comissão Europeia (1970-1976) e deputado no Parlamento italiano (1976-1985). Como promotor da proposta do Parlamento Europeu, Altiero Spinelli teve papel significativo na integração da Europa no período posterior à Segunda Guerra Mundial (SPINELLI, 1991). Paul-Henri Spaak (1899-1972) foi primeiro-ministro da Bélgica, primeiro Presidente do Parlamento Europeu e um dos iniciadores da União Aduaneira da Bélgica com Holanda e Luxemburgo (BENELUX). Em 1950 foi eleito presidente do Conselho da Europa, e dois anos depois, da assembleia parlamentar da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Entre 1955 e 1956, presidiu o Comité Spaak, que estabeleceria as bases da futura Comunidade Econômica Europeia, bem como da Comunidade Europeia da Energia Atômica. (DUMOULIN, 1999).

Konrad Adenauer (1876-1977), Chanceler da República Federal da Alemanha entre 1949-1963, contribuiu imensamente para alterar a história da Alemanha e da Europa no pós-

Guerra, realizando uma obra histórica: a reconstrução da Alemanha, a consolidação da democracia e a inserção de seu país na comunidade dos países livres. A reconciliação com a França foi um pilar da política externa alemã, tendo assinado em 1963, com o presidente Charles de Gaulle, o Tratado de Amizade, marco da integração europeia. Outra personalidade importante foi Joseph Bech (1887-1975), ministro das Relações Exteriores do Luxemburgo em 1944, que assinou o Tratado do BENELUX, e ajudou a criar a CECA em 1951, além de participante da Conferência de Messina, em 1955, fato que levaria a assinatura do Tratado de Roma em 1957, que constituiu a Comunidade Econômica Europeia - CEE e, a Comunidade Europeia da Energia Atômica - EURATOM. (OLSEN & McCORMICK, 2016).

Winston Churchill (1874-1965), primeiro-ministro britânico (1940-1945 e 1951-1955), foi um dos precursores da criação dos “Estados Unidos da Europa”, ao defender que somente uma Europa unida poderia assegurar a paz. Seu objetivo era eliminar definitivamente o nacionalismo e o belicismo, esquecer os ódios do passado, deixar perecer rancores nacionais e vinganças e apagar progressivamente fronteiras e barreiras enquanto a verdadeira herança da Europa para o planeta (WATKINS, 2016). Alcide De Gasperi (1881-1954) junto com Konrad Adenauer, Robert Schuman, Jean Monnet é considerado um dos “pais da Europa”. Entre 1945-1953, na qualidade de presidente, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, traçou o destino do seu país ao promover repetidas iniciativas para unificar a Europa, colaborando na realização do Plano Marshall, criando estreitos laços econômicos com outros países europeus, em especial, França e Alemanha, e assinando o Tratado de Organização do Atlântico Norte - OTAN. (SCOPPOLA, 1977).

Diplomata e político alemão, Walter Hallstein (1901-1982) foi o primeiro presidente da Comissão da Comunidade Econômica Europeia entre 1958-1967 e um dos fundadores da União Europeia. Defensor de uma Europa federalista, Hallstein desempenhou papel fundamental na integração europeia e na reabilitação da Alemanha Ocidental, sendo também um dos arquitetos institucionais da CECA. Enquanto presidente da CEE, Hallstein empenhou-se na rápida transição da União Aduaneira (2ª fase) para o Mercado Comum (CEE) ou 3ª fase do comunitarismo (JANSEN, 1998). Por fim, Sicco Mansholt (1908-1995), político holandês, primeiro Comissário Europeu responsável pela agricultura entre 1958-1972 e presidente da CEE no período 1972-1973. Tendo testemunhado a fome na Holanda durante a II Guerra Mundial, acreditava que a Europa devia se tornar auto-suficiente sob o ângulo alimentar e

garantir abastecimento estável de alimentos a preços razoáveis, tendo formulado à Política Agrícola Comum da União Europeia. (FONTAINE, 2011).

O “edifício europeu” teve por objetivo básico frear as frequentes guerras entre países vizinhos. A partir de 1950, a proposta da CECA começa a unir econômica e politicamente a Alemanha, França e Itália com a União Aduaneira BENELUX. Em 1957, o Tratado de Roma institui a Comunidade Econômica Europeia ou Mercado Comum. Dinamarca, Irlanda e Reino Unido aderem à União Europeia em 1º de Janeiro/1973, elevando para 09 o número de Estados-membros. A União Europeia é única em termos de estrutura, metodologia e composição. Não é federação como os Estados Unidos da América, porque seus Estados-membros continuam sendo independentes, muito menos ente intergovernamental, como a Organização das Nações Unidas (ONU), já que os Estados-membros congregam suas soberanias, adquirindo muito mais influência em conjunto do que poderiam obter isoladamente. As soberanias tomam decisões comuns através de instituições supranacionais, como o Parlamento Europeu, eleito pelos cidadãos da União Europeia, e o Conselho Europeu que representa os governos nacionais. Decidem por propostas na Comissão Europeia, que, por sua vez, representa os interesses conjugados da União Europeia. (FONTAINE, 2011).

A Alta Autoridade do comunitarismo europeu faz com que os estados trafeguem juridicamente na União Europeia com 05 categorias de competências nacionais: abolidas, transferidas, delimitadas, coordenadas e reservadas. O “supranacionalismo” (instituições acima dos estados e cidadania comum) gerou variação qualitativa da ordem jurídica interna não enquanto redução quantitativa de poderes, mas, como mutação qualitativa dessas diferentes ordens (SIMON, 1998). A União Europeia não é uma mera soma de estados soberanos. A constitucionalização comunitária da Europa constituiu uma transformação da própria natureza da Comunidade, por via da substituição infraconstitucional e modificação da força vinculante dos Tratados Internacionais, passando de um sistema constitucional-internacionalista dualista, que depende de recepção nacional das regras contidas em Tratados, a um sistema constitucional-internacionalista unitário. (MANCINI, 1989).

E no âmbito das competências comunitárias, o Direito Comunitário superpõe-se ao Direito Nacional e produz efeitos diretos e indiretos. É problemático, porém, afirmar que as regras comunitárias são hierarquicamente superiores às constituições dos Estados-membros, uma vez que a adesão do Estado à ordem comunitária depende de autorização constitucional

interna. Se a ordem comunitária suplantasse formalmente as regras nacionais, não seria sequer necessário emendar a Constituição, não ao menos como “pressuposto” de adesão aos Tratados. (CHALTIEL, 1999). Os eventos para consecução do fim comunitário produziram uma teia de fatos jurídicos políticos e econômicos e ampliaram a solidariedade fática e a vinculação de diferentes países, ainda que muitas vezes imperceptível. (WARD, 1996).

Depois da II Guerra Mundial, a Europa mudou rivalidades seculares pela fusão de interesses essenciais e, assim, evitou que emergissem os ódios nacionais e assegurou as bases da “paz universal”. A integração europeia objetivava uma Europa sem fronteiras nacionais, diluir barreiras comerciais, eliminar o belicismo e esquecer os ódios nacionais do passado. A unidade das nações era o maior legado da Europa para o mundo. E desde 1950 tudo vinha dando certo nesse processo integrativo. Todavia, tal utopia começou a sucumbir com os efeitos da “desglobalização” na primeira década do século XXI.

2. Desglobalização, euroceticismo e anti-política

Com o fim da Guerra Fria, o mundo passou por uma globalização impulsionada por uma dupla coincidência: a consolidação de valores ocidentais, como a economia de mercado e a democracia representativa, e a tendência de integração em espaços econômicos e políticos. Durante esse processo, houve muitos ganhos, como o acesso a mercados e a mão-de-obra mais barata e a livre circulação de bens, serviços e capitais, mas que foram sendo acompanhados pelo aumento da imigração, provocando grandes crises de identidade nacional e a perda de competitividade em indústrias mais tradicionais. A mesma globalização que tirou milhões da miséria e trouxe prosperidade a países asiáticos (China, Coreia do Sul, Tailândia, Singapura, Vietnã), ceifou vários empregos nos países desenvolvidos, principalmente entre as classes média e baixa. A globalização que tanto facilitou a transferência mundial de cidadãos, também recriou crises de xenofobia que pareciam enterradas na Europa. No Reino Unido, por exemplo, muitos não conseguiram se integrar a outras culturas, como a muçulmana, e os sindicatos ainda vêm com preocupação a imigração de trabalhadores do Leste Europeu.

A globalização é uma inevitabilidade histórica que diluiu (e não concentrou) poderes entre os países desenvolvidos, emergentes e periféricos. O processo de globalização é uma

força histórica que tem o mesmo peso do aparecimento do capitalismo a partir do fim da Idade Média. Ao longo das últimas décadas vários eventos mundiais contribuíram para que a globalização oferecesse condições mais igualitárias de disputa às nações e às empresas. Eventos do final do século XX na política, economia e tecnologia (queda do muro de Berlim, países emergentes, ações da Netscape na Bolsa de Nova York, internet e software livre) que representam os modeladores do cenário global no século XXI. (FRIEDMAN, 2009).

A Índia e a China são vanguardas dessa “planificação do mundo”, o que lhes garante a oportunidade de competir em mercados antes reservados para americanos e europeus. O resultado da adesão à globalização é o aumento de oportunidades de desenvolvimento para as nações e uma mudança na cultura das empresas, que passam a se enxergar como competidoras em um mercado incomensuravelmente mais amplo do que o pequeno nicho geográfico onde estavam inseridas. A globalização fez com que as pessoas refletissem sobre seus próprios problemas locais, como foi o caso das questões dos cidadãos que estão à margem da sociedade em certas circunstâncias. Afinal, utilizar a infra-estrutura global de comunicação para conquistar empregos na área de tecnologia é uma excelente idéia para qualquer país que disponha de excesso de mão-de-obra qualificada. Os investimentos em educação que tiraram a Índia da condição de maior “rebanho humano” do planeta e a colocou em posição de competir agressivamente no mercado mundial significa excelente solução para vários outros países com problemas estruturais semelhantes. Nas últimas duas décadas, as condições de competitividade mundial têm se tornado cada vez mais equitativas. (FRIEDMAN, 2009).

Entre 1988-2008 a renda aumentou no mundo, essencialmente puxada pelos emergentes China e Índia. A renda dos miseráveis dos países pobres elevou-se em 30%. Todavia, os países desenvolvidos atravessam uma estagnação desde 2008. Na Europa e Estados Unidos, a renda da elite global cresceu mais de 40%, enquanto que das classes média e baixa subiu menos de 20% no período. É enorme o ganho de renda para os que estão no topo dos países desenvolvidos (1% a 10% da população). Entretanto, a metade inferior das faixas de renda nesses países não cresceu nos últimos 15 ou 20 anos. Na distribuição de renda europeia e americana não houve crescimento de renda para os que estão na base, com a pressão sentida nos dois lados: abertura do mercado americano para a China e imigração para a Europa. Tais ganhos globais para a maioria das classes sociais dos países desenvolvidos, emergentes e periféricos, mas desiguais para as classes média e baixa das nações desenvolvidas são denominados de “gráfico do elefante”. (MILANOVIC, 2016).

E com os efeitos do “gráfico do elefante” quase 30 anos depois do Muro de Berlim, a democracia liberal encontra-se em risco. E sua principal ameaça é a ascensão do populismo político-fiscal que mexe com os medos atávicos das pessoas em relação a imigrantes e ao terrorismo, ao mesmo tempo em que adota um discurso nacionalista e protecionista, com promessas vazias de proteger as pessoas da competição comercial internacional e do avanço tecnológico. A globalização, ao mesmo tempo em que aumentou a competitividade econômica e ajudou a estabelecer democracia em países como Brasil, África do Sul, Índia, levou a uma diminuição dos empregos e à erosão dos salários dos trabalhadores das classes médias nos países desenvolvidos. Por causa da liberalização da economia global, houve um aprofundamento da desigualdade econômica, especialmente nos países desenvolvidos, levando ao crescente populismo anti-política e anti-austeridade fiscal. (FUKUYAMA, 2016).

Desde o começo da recessão econômica de 2008, o mundo vivencia uma fase de “desglobalização” que contaminou, em especial, os britânicos. E as raízes de sua insatisfação com a Europa são históricas, uma vez que Londres sempre esteve mais orientada a outros continentes do que ao europeu. Mas, também geográficas: por viver numa ilha, os britânicos nunca se sentiram europeus. Falam da Europa como se fosse outro lugar (TROYJO, 2016). No Reino Unido, mesmo os resultados econômicos sendo melhores do que França e Alemanha, com atração de investimentos estrangeiros e taxa de desemprego menor que a de seus vizinhos, o sentimento anti-europeu ainda permanece. Desde sua entrada no então Mercado Comum, em 1973, o Reino Unido foi o parceiro mais relutante da história da União Europeia. Governos de diferentes orientações ideológicas tentavam conter a demanda por “uma união cada vez mais próxima” vinda de Bruxelas. O Reino Unido, por exemplo, não faz parte da Zona do Euro (moeda única), muito menos da área Schengen, em que não há necessidade de apresentação de passaportes nas fronteiras do bloco comunitário. (JUSTEN FULHO, 2000).

O plebiscito sobre a União Europeia era uma demanda antiga do Partido Conservador. Entretanto, em 2010 quando se tornou primeiro-ministro britânico, David Cameron, descartou sua realização o quanto pôde. Ou seja, até 2013, quando convocou formalmente uma consulta popular sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. Em 2015, foi uma das promessas de campanha para sua reeleição, tendo que materializá-lo em 2016 (TURRER & PEROSA, 2016). Todavia, as autoridades do continente estiveram ocupadas demais com a crise da Zona do Euro (sobretudo a dívida grega), anexação da Criméia pela Rússia, guerra

civil na Síria, enorme fluxo de refugiados e atentados terroristas que ameaçavam as principais capitais europeias para dar a devida atenção ao polêmico debate britânico.

No final de 2015, conforme a pesquisa *Standard Eurobarometer*, eram altas as perspectivas de ruptura do Reino Unido com a União Européia em face do “euroceticismo”. Enquanto 23% e 41% dos europeus tinham imagem negativa da União Européia e eram pessimistas quanto ao seu futuro, 31% dos britânicos viam negativamente o bloco e 62% desacreditavam no futuro da União Européia. Somente quando a proposta britânica de renegociar os termos de adesão ao bloco estava no fim da agenda de discussão, os líderes europeus se preocuparam com o rompimento, tendo em vista as pesquisas mostrarem em maio/2016 que o resultado do Plebiscito (23 de junho/2016) seria apertado (BARBOZA & MONTENEGRO, 2016). E foi mesmo. Com 72% de participação dos eleitores e 51,9% dos votos, o Reino Unido decidiu pela saída da União Européia: Inglaterra (53,4% x 46,6%), Escócia (38% x 62%), Irlanda do Norte (44,2% x 55,8%) e País de Gales (52,5% x 47,5%).

O voto pelo *Brexit* ganhou nas áreas afetadas pela globalização: desindustrializadas e que sofreram desmonte das fontes tradicionais de emprego. A maioria dos eleitores do *Brexit* queria reduzir a imigração (77%), era interiorana, mais idosa, não tinha ensino superior completo e representava classes médias e baixas com renda anual inferior a 25 mil libras, acirrando diferenças geográficas, etárias, econômicas e educacionais entre segmentos sociais e impactando nos direitos de liberdade de movimento e de livre-comércio, que tendem a beneficiar mais as classes altas e médias e desempregar a classe baixa. Tal eleitorado tem aversão tanto aos refugiados, como aos imigrantes do bloco e advindos majoritariamente da Romênia, Polônia, Espanha, Portugal, Bulgária e Eslováquia. Entre 1993-2014, os estrangeiros vivendo no Reino Unido passaram de 3,8 milhões para 8,3 milhões, com 05 milhões não sendo cidadãos britânicos e 03 milhões europeus. (TURRER & PEROSA, 2016).

Contudo, o “euroceticismo” não é exclusividade dos britânicos, nem bandeira exclusiva da direita ou da esquerda. Quase metade dos europeus (42%) concorda que alguns poderes devem ser devolvidos aos governos nacionais. Como Bruxelas ameaçasse a soberania dos países do bloco, já que os membros da Comissão Europeia não são escolhidos diretamente pelo voto da população, mas, ainda assim, os europeus precisam se sujeitar às leis criadas por tais burocratas. Temas como agricultura, políticas de competição e patentes são de decisão exclusiva do bloco. E como na Zona do Euro (19 países), o problema maior é o desemprego,

enquanto, e na Europa Oriental, a política de asilo é a questão do momento, os militantes do *Brexit* argumentaram que as regulações da União Europeia custavam semanalmente ao país 600 milhões de libras esterlinas, além dos 13 bilhões de libras de contribuição anual. As propostas de se livrar dos compromissos com a União Europeia, com o Reino Unido conseguindo liberar 350 milhões de libras para o sistema de saúde pública, e de controlar o fluxo de migrantes foram bem aceitas pelos eleitores. (BARBOSA & MONTENEGRO, 2016).

O *Brexit* pode ser considerado a pior crise da história da União Europeia, mas a saída do Reino Unido não significa necessariamente o fracasso desse projeto. As dificuldades em lidar com as crises econômicas em série e a ascensão do nacionalismo indicam que as lideranças em Bruxelas se esqueceram daqueles que, de alguma forma, foram deixados para trás pelo ambiente competitivo da globalização em que o lema de “uma união cada vez mais próxima”, parece atualmente mais distante (TURRER & PEROSA, 2016). Os vínculos britânicos com o “edifício europeu” duraram 43 anos e deve levar mais 02 anos para serem cortados, apesar da União Europeia ter defendido pelo afastamento mais breve possível a fim de minimizar o período de incertezas. Assim, o Reino Unido sairá do Tratado de Livre-comércio entre Washington e Bruxelas e do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, tendo que refazer suas relações comerciais e diplomáticas. Mas antes, terá que lidar com suas próprias fissuras. Enquanto País de Gales e interior da Inglaterra foram majoritários pela ruptura, Londres, Escócia e Irlanda do Norte votaram em maioria pelo “não”. Os escoceses, que, em 2014, quase deixaram o Reino Unido, devem solicitar novo plebiscito de independência para permanecerem na União Europeia. (WATKINS, 2016).

O *Brexit* significa uma “volta ao passado”, reforça a identidade do Reino Unido como monarquia clássica e de crenças particulares, e representa um golpe contra o processo de unificação européia e de um mundo sem fronteiras. Partidos nacionalistas e anti-União Europeia com forte discurso populista (político e fiscal) ganharam força no continente. Para evitar que outros países sigam o mesmo caminho, a União Europeia promete jogar duro para evitar a reação em cadeia proposta pelos “eurocéticos”. Como o bloco e os aliados do bloco representam o destino de 64% das exportações britânicas, a ruptura tem potencial para provocar uma recessão de até 30 bilhões de libras no Reino Unido, situação que seria exemplar a outras nações, pelos olhos das autoridades europeias. (BARBOSA, 2016).

A retórica anti-imigração venceu até o medo da recessão, embora muitos dos eleitores não tivessem muita ideia do que de fato era a União Europeia, e não haja evidências concretas de como, exatamente, um Reino Unido independente conseguirá restringir a imigração de europeus sem perder o acesso ao Mercado Comum. Southampton é exemplo emblemático de como a imigração transformou as cidades britânicas. Desde a entrada da Polônia na União Europeia, em 2004, a cidade britânica recebeu dezenas de milhares de imigrantes do país do Leste Europeu. Em 2014, Southampton com 250 mil habitantes tinha cerca de 25 mil moradores poloneses (um em cada dez) concentrados em bairros onde existem lojas de seus conterrâneos e em que o inglês é língua minoritária. (VENTICINQUE, 2016).

A integração dos imigrantes no Reino Unido nunca foi tarefa fácil. E com o plebiscito, uma maioria silenciosa teve a oportunidade de manifestar sua insatisfação com os imigrantes. Sobretudo da Europa rumo ao Oriente, que poderia nos pesadelos do eleitor nacionalista britânico, vir a incluir até a Turquia. No raciocínio de quem votou a favor da saída da União Europeia, o aumento do controle da imigração era tão importante que justificava perdas financeiras, quedas na balança comercial, incertezas econômicas e dificuldades na transição para um Reino Unido independente da Europa. Como acontece atualmente.

3. Consequências políticas e econômicas da ruptura do Reino Unido com a União Europeia

Um dos aspectos mais impressionantes do *Brexit* é que a economia do Reino Unido estava bem, o desemprego era baixo, as autoridades monetárias preservavam o poder de autonomia pelo fato de não fazerem parte da Zona do Euro e área Schengen e o programa de austeridade fiscal do governo Cameron não se comparava ao instaurado em países como a Grécia. O “sim” foi um voto contra o *status quo*, a estabilidade e a tendência natural a não mudar as coisas que estão indo bem. Nesse sentido, o *Brexit* foi também um voto de protesto e de desconfiança contra instituições que se tornaram grandes e importantes demais (GRYZINSKI, 2016). Mesmo alertados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para os riscos que o abandono da União Europeia, responsável por metade das exportações, poderia causar à economia britânica, o líder do Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), Nigel Farage, e o ex-prefeito de Londres, Boris Johnson (Partido Conservador), revelaram-se ferozes defensores do rompimento do Reino Unido com a União Europeia, e induziram as

classes média e baixa a levar para as urnas do Plebiscito um ideal nacionalista e anti-globalização (FUKUYAMA, 2016). Tal argumento considerava que os segmentos médios da sociedade britânica estavam pagando a maior parte da conta ocasionada pela política de integração (subsídios às economias mais fracas), aumento do fluxo migratório (desemprego) e pela sobrecarga dos sistemas públicos de saúde, educação e proteção social (tributos).

Contudo, os maiores efeitos econômicos do *Brexit* se darão no comércio e finanças, atualmente totalmente integrados à Europa por meio de um complexo conjunto de normas e tratados que precisarão ser desfeitos. Com 13% da população e 15% do Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia, o Reino Unido (5ª economia mundial e 4% do PIB global) era o segundo maior integrante em PIB do bloco. Um relatório do FMI asseverou queda de até 9,5% no PIB, caso vitorioso o *Brexit*, fato que precipitaria um período prolongado de incertezas, levando à volatilidade financeira e a um baque sobre a produção. Afinal, o Reino Unido abriga fábricas de várias multinacionais que espalham sua produção pela Europa (Nissan, Dassault, Airbus *etc.*), e sem as vantagens oferecidas pelo mercado livre, fatalmente procurarão outros lugares para se instalar. E para uma economia em crise, tal câmbio significa menos empregos, receitas fiscais mais baixas e austeridade fiscal extra. (WATKINS, 2016).

Desde julho/2016, a *City of London* perdeu o posto de segundo centro das finanças globais. Além de provocar um choque agudo e de curto prazo à economia britânica, o *Brexit* vai tornar mais vulnerável a Zona do Euro, uma vez que os investidores vão querer saber se tais governos terão disposição política e apoio público para fortalecer a arquitetura monetária da União Europeia. Ademais, a União Bancária Europeia (plano para um seguro comum de depósitos) encontra-se bloqueada, podendo ou não avançar nos próximos 12 meses, fato que pressionará em termos de austeridade fiscal os países com as economias mais endividadas como Grécia, Portugal, Espanha e Itália. (TURRER & PEROSA, 2016).

E acerca dos impactos políticos, mesmo na Europa, comprovadamente são mais imediatos do que os econômicos. Vários países têm testemunhado o crescimento de movimentos reacionários e de partidos nacionalistas que se nutrem da rejeição à União Europeia, aversão aos imigrantes, medo do terrorismo e escassez de trabalho. O bloco registra 8,7% de desemprego, taxa que chega a ser quatro vezes maior entre os jovens da Espanha e Grécia. Politicamente, os efeitos do *Brexit* incentivaram a líder da extrema-direita francesa (Frente Nacional), Marine Le Pen, a também desferir discursos demagógicos, populistas,

ultranacionalistas e isolacionistas, além da xenofobia e racismo, sobretudo contra imigrantes e muçulmanos. Le Pen busca fazer entre os franceses um plebiscito semelhante ao britânico e estimular a ruptura da França com a União Européia: o *Frexit*. Plataforma muito semelhante ao do magnata Donald Trump, o candidato republicano à presidência dos Estados Unidos, que prometeu “fazer a América grande outra vez”, proibindo a entrada de muçulmanos no país, deportando 11 milhões de ilegais e erguendo um muro na fronteira com o México. O chefe do Partido de Liberdade Holandesa, Geert Wilders, proclamou que a Holanda será a próxima a sair da União Europeia e a Suécia cunhou neologismo similar: *Swexit*. Chamados idênticos ecoaram também na Itália e Dinamarca. (WATKINS, 2016).

O *Brexit* representa uma tendência anti-política que cresce na Europa. Na periferia europeia que sofreu um grande impacto com a crise financeira de 2008, partidos de esquerda e direita anti-austeridade fiscal ganharam terreno. Na Grécia, o Syriza (Coalizão Esquerda Radical) foi eleito para o governo, em 2015, com uma plataforma que rejeitava as medidas de austeridade fiscal da União Europeia. Mesmo não levando à saída da Zona do Euro e realizando o programa econômico europeu, a crise grega causou boa dose de “euroceticismo”. Em 2016, a Itália elegeu duas prefeitas Virginia Raggi (Roma) e Chiara Appendino (Torino) do Movimento 5 Estrelas, criado em 2009 pelo humorista Beppe Grillo, até então considerado “voto de protesto”. O mesmo vale para a ascensão do Podemos, na Espanha. Movimentos anti-políticos fora da Europa ocorrem desde 2013 na Turquia, Colômbia, Argentina, Malásia e Brasil. Em 2015, depois de escândalos de corrupção, a Guatemala elegeu o comediante Jimmy Morales para a Presidência. Em 2016, as Filipinas também escolheram como presidente o anti-político Rodrigo Roa Duterte. (YOUNG & GARMAN, 2016)

Na primeira semana depois do *Brexit*, o Reino Unido se viu sem lideranças políticas e numa sensação inédita de instabilidade. Com o partidos Conservador e Trabalhista divididos pró e contra o *Brexit*, a vitória pela saída da União Européia fez vítimas em todos os lados. Culminou com a renúncia do primeiro-ministro britânico David Cameron, nas desistências das candidaturas ao posto principal do parlamento britânico de Boris Johnson (Partido Conservador), Nigel Farage (UKIP) e Jeremy Corbyn (Partido Trabalhista), que foi derrotado por Cameron em 2015 em face da economia em alta e de seu discurso decrépito por estatização de ferrovias, fim dos bombardeios ao Estado Islâmico, desarmamento nuclear, aumento dos gastos estatais e diálogo com Argentina com relação às Malvinas. E por unanimidade, a ex-ministra do Interior do Partido Conservador, Theresa May, que como

Cameron defendeu o “não” no Plebiscito, se tornou em 13 de julho/2016, a primeira mulher a assumir o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido em 26 anos. Ou seja, desde o fim da era Margaret Thatcher entre 1979-1990. (TURRER, 2016).

Theresa May, que não tem um mandato popular e foi eleita pela desistência dos conservadores Boris Johnson, Michael Gove e Andrea Leadsom, terá quatro tarefas difícilíssimas na interinidade governamental da maior crise político-econômica do Reino Unido desde a década de 1940: definir se o divórcio é amigável ou litigioso com o projeto europeu; negociar com 27 países da União Europeia a saída do Reino Unido sem acirrar a “desglobalização”; reduzir o número de imigrantes de países europeus para o Reino Unido e evitar retrocessos na democracia, Direitos Humanos e política de imigração; e conciliar crescimento econômico com maior justiça social sem tornar o Estado mais intervencionista na economia e protecionista nas relações comerciais. Vale ressaltar, que a meta de Theresa May como ministra do Interior desde 2010 era reduzir a entrada de imigrantes a 100 mil por ano. Todavia, não conseguiu o intento. Somente em 2015, cerca de 330 mil estrangeiros se transferiram para o Reino Unido. (TURRER, 2016).

O resultado do Plebiscito também revelou novas cismas políticas substituindo gradualmente a antiga divisão entre esquerda e direita. Atualmente, fala-se em “abertos contra fechados” ou “liberais contra comunitários”, com tal separação apresentando potencial para dividir mais ainda os dois principais partidos. A coalizão do Partido Trabalhista que inclui a classe média, liberais progressistas e trabalhadores de classes media e baixa parece mais vulnerável que nunca, assim como o nicho do Partido Conservador que une eleitores do Sul e de áreas rurais, que, em sua maioria, votaram pelo *Brexit*, e parlamentares apoiados pelo centro financeiro de Londres, que tinha interesse na permanência. Na ausência de uma liderança respaldada, o governo britânico tem adiado questões-chave, como a tentativa de continuar participando do Mercado Comum, aumentando, assim, a instabilidade dos mercados e ingressando a economia num “período de incertezas”. (BARBOZA, 2016)

E na ressaca do *Brexit*, os britânicos se mostraram arrependidos de seu voto, uma vez que a escolha pela ruptura era apenas um protesto, e não um desejo. Além de manifestações públicas e discussões sobre a proposta de anulação do Plebiscito por maioria parlamentar, uma petição coletiva pela convocação de uma nova consulta conseguiu assinaturas de mais de 04 milhões de pessoas, com fundamento de que nenhum dos lados teria conseguido 60% de

apoio e o comparecimento às urnas foi menor que 75%. O efeito do plebiscito também recairá sobre o futebol. Quase 400 jogadores da liga britânica são estrangeiros, que poderão perder o direito de jogar no país. Entre os seis principais clubes, 77 atletas teriam seus “*status* de Europeu” revistos e o tradicional Liverpool seria o mais prejudicado pela nova regulação. Todavia, o arrependimento com o prospecto de uma vida divorciada da União Européia não é consensual. O *Brexit* deu novo fôlego a grupos xenófobos, como mostram o aumento dos registros de crimes de ódio e incidentes em comunidades de imigrantes, em especial, os da Polônia, a segunda maior fonte de imigrantes para o Reino Unido. (WATKINS, 2016).

O fator alienante da proposta pelo “sim” em face do combate aos imigrantes é que mesmo saindo da União Político-Econômica, a 4ª fase do bloco comunitário (ampliação da livre circulação, nacionalidade comum, coordenação das políticas econômicas dos países membros via criação de um único banco central para emitir a moeda comum utilizada por todos os países membros), o Reino Unido ficará de fora das políticas econômicas, de nacionalidade e de moeda comuns (neste último caso, já não havia aderido a Zona do Euro, optando por manter a Libra Esterlina), mas permanecerá no Mercado Comum (3ª fase do comunitarismo europeu), com livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, com um mercado de cerca de 500 milhões de consumidores. A proposta de Boris Johnson de limitar a livre circulação de pessoas, continuando o Reino Unido apenas com o livre acesso aos bens, serviços e capitais foi descartada pelas autoridades européias. Nesse ínterim, a Libra Esterlina seguiu trajetória de desvalorização (a pior desde 1985), as bolsas de valores britânicas operaram em baixa recorde e a agência *Standard & Poor's* cortou em dois níveis a nota de crédito do Reino Unido. (BARBOZA, 2016).

A imprensa britânica cunhou o termo *Bregret*, um trocadilho com *Britain* e *regret* (arrependimento) para descrever a depressão pós-Plebiscito. O pós-*Brexit* deixou claro para conservadores, trabalhistas e ultranacionalistas que as lideranças políticas britânicas não tinham um plano para conduzir a saída da União Europeia. Não se sabe quando o país ativará o art. 50 do Tratado de Lisboa (2007) que inicia formalmente o processo de saída. Theresa May terá muito trabalho para lidar com a insatisfação popular, partidos fragmentados, desafios econômicos, movimentos separatistas e surtos de xenofobia. Na Irlanda do Norte e na Escócia ressurgiu a ideia de outro Plebiscito que possibilite suas independências e possam sair do Reino Unido e, assim, se unam à República da Irlanda, que faz parte da União

Europeia. Bem como, correm negociações para que Irlanda do Norte e Escócia continuem tanto do Reino Unido, quanto da União Europeia. (YOUNG & GARMAN, 2016).

Mesmo no País de Gales, onde a população apoiou o *Brexit*, começa a ganhar força o *Bregret*, uma vez que recebe 245 milhões de libras/ano em verbas europeias destinadas a regiões em dificuldades econômicas. Antes de renunciar, David Cameron avisou que o Reino Unido não poderá manter esse nível de investimento na região. Mesma incerteza acomete o condado da Cornwall na Grã-Bretanha, cujos 534 habitantes votaram maciçamente pelo *Brexit*, embora estivesse prestes a receber 320 milhões de libras da União Europeia para revitalizar a região. Inflammados pelo discurso anti-imigração, os moradores dessas e de outras regiões do Reino Unido ignoraram as possíveis consequências negativas do *Brexit* para a economia e a política. (YOUNG & GARMAN, 2016).

Consultas populares como plebiscito, referendo e *recall* por terem forte carga de emoção podem expressar resultados indesejados. Nunca antes o destino de um país sem crise econômica, beligerância interna ou processo de guerra mudou um continente inteiro com uma única votação de eleitores desiludidos e mal-informados. É a “síndrome da fadiga democrática”, conjunto de sintomas que inclui impopularidade quase universal dos parlamentos, enfraquecimento dos partidos, confusões ideológicas do sistema partidário, rebelião contra a classe política e consultas populares tectônicas. (VAN REYBROUCK, 2016). Mesmo sendo decisão mais de um eleitorado cético do que fanático, com os partidos do Reino Unido divididos a direita e a esquerda, houve definição pela “religião secular”, ou seja, pela ideia que a história tem uma orientação constante em uma direção. Uma ilusão de uma evolução rumo a um estado de coisas em harmonia com um ideal. No caso, o “destino manifesto” do Reino Unido não necessitando da União Europeia. (ARON, 2016).

Tais processos alienantes captam um sentimento popular em que as classes média e baixa dos países desenvolvidos frustraram-se com a globalização, principalmente, depois da crise financeira de 2008: perderam empregos para imigrantes de países onde a mão-de-obra é mais barata, tiveram suas rendas financeiras encolhidas e sofreram impactos com a violência urbana e atos de terrorismo. O que foi vendido como “escolhas” durante o plebiscito agora são “dilemas políticos”. E quanto mais isolacionista tornar-se o Reino Unido, e mais punitiva for a União Européia, maiores serão as perdas monetárias e no mercado de ações para os dois

lados. Assim, Reino Unido e União Europeia têm de definir rápido: aceitam perder economicamente com a ruptura ou renegociam e anulam os resultados do plebiscito.

Como prejuízos diretos, o Reino Unido pode ser fissurado pela independência da Escócia e Irlanda do Norte visando à permanência na União Europeia; perder acesso privilegiado ao Mercado Europeu; ter possíveis aumentos de tarifas nas exportações para nações europeias; reduzir seus investimentos financeiros; e angariar um déficit de 30 bilhões de libras, resultado de uma recessão de curtíssimo prazo. Entretanto, existem benefícios no *Brexit*. O Reino Unido pode ter menor regulação nos seus assuntos institucionais, findaria a contribuição bilionária anual ao bloco, teria mais flexibilidade em acordos comerciais bilaterais e poderia apresentar uma política migratória fincada no trabalhador qualificado.

Considerações finais

A saída do Reino Unido da União Europeia ecoa a ascensão de um novo nacionalismo europeu. Inapelavelmente, freou-se o avanço de um modelo comunitário único no planeta objetivando o fim do belicismo, protecionismo comercial, isolacionismo e de um mundo sem fronteiras nacionais. É certamente, a maior tensão mundial desde a crise dos “mísseis cubanos” (1962), a querela nuclear entre Rússia e Estados Unidos. O *Brexit* identificou essa tendência contrária à política, *establishment* e Europa, e que ganha corpo em face da perda de renda pelas suas classes média e baixa com a competitividade econômica, avanços tecnológicos e aumento do fluxo migratório patrocinados pela globalização.

Além da instabilidade política, xenofobia e aumento do “euroceticismo” com o *Brexit*, o impacto econômico depende também da maneira como o Reino Unido deixará o bloco comunitário. Se a opção for por uma relação com a União Europeia semelhante à que tem a Noruega, poderá continuar no Mercado Comum, ainda que fora da estrutura burocrática de Bruxelas. Para tanto, terá de invocar o Tratado de Lisboa, que aborda os procedimentos para a saída de um país-membro, e uma vez acionado, um país somente pode voltar ao bloco europeu com o aval unânime de todos os membros. Desse momento em diante, as partes têm dois anos para concluir a separação. Ou então, o *Brexit* tornar-se um *Bregret*, subindo de cotação a proposta de anulação do Plebiscito por maioria parlamentar ou por petição coletiva pela convocação de nova consulta popular.

As fissuras internas também aumentam a possibilidade de saída da Irlanda do Norte e da Escócia do Reino Unido para quedarem na União Europeia. Diante da ameaça de um “efeito dominó”, os chefes de governo dos principais países da União Europeia vêm ensaiando uma ousada reação. França e Alemanha já declararam que pretendem reforçar a integração da Zona do Euro para que a moeda comum (Euro) seja adotada por todos os membros da União Europeia visando ampliar a integração fiscal e, assim, impulsionar a economia. Contudo, sem o Reino Unido, uma peça que não se encaixava no quebra-cabeça da União Europeia, pelo menos os obstáculos para o projeto de integração ficarão reduzidos com o *Brexit*. A não ser que não haja o *Bregret*...

Caberá ao Reino Unido identificar rapidamente qual destino escolherá. A opção do *Brexit* aponta para os benefícios de ter menor regulação nos assuntos institucionais britânicos, finalizar a contribuição anual bilionária ao bloco, ganhar mais flexibilidade em acordos comerciais bilaterais e apresentar uma política migratória fincada no trabalhador qualificado. Ou então, a do *Bregret*, com manutenção do acesso privilegiado ao Mercado Europeu, tarifas comuns nas exportações para as nações europeias e *status quo* de segundo maior centro global de investimentos financeiros.

Referências

- ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- BARBOZA, Mariana. A força dos conservadores. **Isto É**. Ed. nº 2.430. São Paulo: Três, 06 jul. 2016. p. 68-71.
- BARBOZA, Mariana & MONTENEGRO, Raul. O fim de uma era. **Isto É**. Ed. nº 2.429. São Paulo: Três, 29 jun. 2016. p. 44-50.
- CHALTIEL, Florence. **Droit constitutionnel et droit communautaire**. Paris: RTD, 1999.
- DUMOULIN, Michel. **Spaak**. Bruxelas: Racine, 1999.
- FONTAINE, Pascal. **A Europa em 12 lições**. Bruxelas: Comunidade Europeia, 2011.
- FRIEDMAN, Thomas. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- FUKUYAMA, Francis. Há chance de o Reino Unido se esfacelar. **Época**. Ed. nº 941. São Paulo: Globo, 27 jun. 2016. p. 46-48.

GRYZINSKI, Vilma. A roda da história gira. **Veja**. Ed. Nº 2.484. São Paulo: Abril, 29 jun. 2016. p. 66-71.

JANSEN, Thomas. Walter Hallstein: Depois da Presidência. In: LOTH, Wilfried, WALLACE, William & WESSELS, Wolfgang (Orgs.). **Walter Hallstein: The european. Forgot?** New York: St. Martin, 1998.

JUSTEN FILHO, Marçal. Algumas perspectivas acerca da União Européia. In: **Revista do Conselho Federal da OAB**. Brasília, v. 2, 2000. p. 123-178. Parte superior do formulário

MANCINI, Federico. The making of a constitution of Europe. In: **Common market law**. London, nº 26, 1989. p. 595-614.

MILANOVIĆ, Branko. **Global inequality: a new approach for the age of globalization**. Boston: Harvard University Press, 2016.

OLSEN, Jonathan & McCORMICK, John. **The European Union: politics and policies**. Boulder: Westview Press, 2016.

RODRIG, Dani. **The globalization paradox: democracy and the future of the world economy**. New York: W.W. Norton, 2011.

SIMON, Denys. **Le système juridique communautaire**. Paris: PUF, 1998.

SCOPPOLA, Pietro. **La proposta politica di De Gasperi**. Bologna: Il Mulino, 1977.

SPINELLI, Altiero. **La crisi degli stati nazionali: Germania, Italia, Francia**. Bolonha: Il Mulino, 1991.

TROYJO, Marcos. **Desglobalização: crônica de um mundo em mudança**. São Paulo: Agbook, 2016.

TURRER, Rodrigo & PEROSA, Teresa. O brado britânico. **Época**. Ed. nº 941. São Paulo: Globo, 27 jun. 2016. p. 32-39.

TURRER, Rodrigo. A dama de gelo. **Época**. Ed. nº 944. São Paulo: Globo, 18 jun. 2016. p. 9.

VAN REYBROUCK, David. **Against elections. The case for democracy**. London: Bodley Head, 2016.

VENTICINQUE, Danilo. A ressaca de uma vitória silenciosa. **Época**. Ed. Nº 941. São Paulo: Globo, 27 jun. 2016. p. 40-42.

YOUNG, Cliff & GARMAN, Christopher. A era da classe média raivosa. **Época**. Ed. nº 941. São Paulo: Globo, 27 jun. 2016. p. 44-45.

WARD, Ian. **A critical introduction to european law**. London: Butterworths, 1996.

WATKINS, Nathalia. Depois do Brexit, o Frexit, o Swexit... **Veja**. Ed. nº 2.484. São Paulo: Abril, 29 jun. 2016. p. 72-75.

